



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

XIX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO / I EREBIO – REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ENSINO DE BIOLOGIA – REGIONAL SUL.

**“EM PROL DO PROLETARIADO E DA EDUCAÇÃO EM GERAL DA INFÂNCIA”:
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E OS IDEAIS DE TRABALHO VEICULADOS
PELA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO PARANÁ (1910-1928)**

Silvia Pandini (silpandini@yahoo.com.br)

Universidade Federal do Paraná – CNPq

A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná¹ foi inaugurada em Curitiba em 1910. Época em que a capital paranaense cuidava da arborização da cidade, organizava os serviços de irrigação e limpeza públicas e procurava ganhar ares de urbanidade. Nesse período, transformações também eram operadas na conceituação de trabalho. Urgia dar-lhe lugar e qualidades que não lhe eram atribuídas quando da existência da escravidão.

A necessidade de positivar o trabalho em si adentrou os espaços escolares e, em âmbito nacional, tomou assento em currículos e programas de ensino, especialmente na área de história. O trabalho e os trabalhadores delineavam-se como os grandes produtores da riqueza nacional, ícones de uma promessa de futuro grandioso. Corolário dessa assertiva foi a urgência em articular a formação do povo brasileiro em prol de criação de mão-de-obra para a indústria e a fim de mitigar as disputas e conflitos sociais.

Outra faceta da sociedade do trabalho foi a sua constituição como sociedade disciplinar, onde a vigilância sobre as camadas inferiores era permanente e a moralização medida pela dedicação e abnegação ao trabalho.²

Qualificar o trabalho e formar o futuro trabalhador tornavam imprescindível desenhar espaços em que se pudesse ofertar uma educação profissional compatível com os anseios de formação de Pátria, pautada na civilização, na ordem e no progresso. Dessa maneira, ao longo das primeiras décadas do século XX, algumas questões adquirem relevo dentro das diversas instituições voltadas para a formação profissional, quer fossem fruto de iniciativas de particulares ou mantidas pelo Estado: a nacionalidade brasileira; a integração do imigrante; a incorporação do trabalhador nacional; a difusão da instrução popular para adultos e para

¹ Para simplificar a leitura e a escrita adotarei a sigla EAAPR, para referir-me à Escola de Aprendizes Artífices do Paraná.

² Para o caso curitibano confira KARVAT, 1998.

menores; a premência do combate ao analfabetismo; o intuito de se desenvolver nos alunos os sentimentos patrióticos e os programas escolares repletos de intenções moralizantes, marcados pela constante tentativa de familiarizar e facilitar o desempenho do trabalhador em sua atividade produtiva.³

Na esteira dos discursos acerca da necessidade de se direcionar/ocupar as crianças, especialmente as abandonadas, pobres e/ou filhas de trabalhadores, tomaram corpo as iniciativas que atrelavam a instrução elementar ao inculcamento do hábito, disciplina e formação para o trabalho. Embora a presença de crianças em ocupações de adultos e na condição de aprendizes remonte aos séculos anteriores, o histórico de se enviar crianças para instituições que as preparariam para uma certa profissão inicia-se no século XIX.

Na transição para o trabalho livre as iniciativas no campo do ensino de ofícios manufatureiros generalizaram algumas idéias em torno da premência de destinar tal ensino aos meninos encontrados na pobreza:

(...) a) imprimir neles a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política, que estava sendo contestada na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores que passariam a receber salários mais elevados”. (CUNHA, 2000, p.4)

Os artigos 399 e 400 do Código Penal da República previam o crime de “vadiagem”, no qual muitas vezes condicionava-se a criminalidade infantil. Afinal, os menores, transitavam entre atividades lícitas e ilícitas, de acordo com as oportunidades que se apresentavam: ora empregando-se em pequenos trabalhos, ora entregando-se à “vadiagem” ou aos pequenos furtos.⁴ Diagnosticado o problema que ameaçava a ordem pública ensaiavam-se soluções - as quais iriam pairar não só sobre a escola como sobre a fábrica. Portanto, a correção para a vadiagem e criminalidade infantil passava pela pedagogia do trabalho. As reivindicações de juristas e autoridades em prol da criação de instituições de recolhimento para a recuperação e correção de crianças e menores aliaram-se à idéia de estabelecer a ocupação, o trabalho como forma de punição.⁵

A nascente república brasileira foi marcada pela transição de um longo histórico de relações de trabalho escravistas para um período onde urgia preparar a futura mão-de-obra

³ Carmen Sylvia Vidigal Moraes, em seu livro “A Socialização da Força de Trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo (1873-1934)” retrata a trajetória de diferentes instituições voltadas à formação profissional em São Paulo e aponta a presença dessas questões.

⁴ Cf. SANTOS, 1999.

⁵ Cf. SANTOS, 2000.

assalariada que atuaria na produção artesanal e fabril. Para tanto defendiam-se ideais de escolarização e atividade profissional para a infância pobre como centrais ao futuro da nação, da nova ordem e do progresso que se delineavam. A formação profissional destinada aos menores continha em si dois movimentos distintos: o trabalho como punição (que também envolvia a idéia de formação), reservado aos delinquentes ou que incorriam no crime da vadiagem e a formação/preparação para o trabalho, à maneira das Escolas de Aprendizes Artífices.

Os infantes pobres ou órfãos deveriam ser transformados em infância trabalhadora. Mas como operar essa mudança?

A criação das Escolas de Aprendizes Artífices figurou como a mais importante das iniciativas republicanas no campo da educação profissional. Quanto aos propósitos da criação, o próprio texto do Decreto 7.566/1909, que as originaria, fornece-nos elementos:

“Considerando: que o aumento da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime, que é dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadão úteis à Nação; Decreta, .” (DECRETO 7.566/1909 apud FONSECA, 1986, p.177)

No Paraná as discussões acerca da necessidade e papel do ensino profissional ganham corpo nos anos precedentes à implantação da EAAPR e prenunciavam a urgência de se realizar algo em prol desse ramo de ensino. Idéia gestada especialmente entre a classe dominante⁶ e projeto destinado às classes mais pobres, que já incorporavam o adjetivo de proletárias.

A partir da criação da EAAPR, um conjunto bastante particular de expressões irá permear os discursos produzidos sobre a Escola: pelo Diretor, Paulo Ildefonso d'Assumpção; nos artigos veiculados em órgãos da imprensa ou ainda pelos demais encarregados, autoridades e visitantes que faziam incursões pelos seus espaços. A EAAPR, também nomeada seguidamente de “casa de trabalho”⁷, “poderosos asilos de preparo moral”⁸, “escola

⁶ Estou entendendo classe dominante na acepção dada por OLIVEIRA (2001): “A classe dominante é uma formação social heterogênea, mas unificada por um eixo principal no controle das riquezas materiais, simbólicas e na posse de um conjunto de capitais sociais e políticos que permitem a sua reprodução, assim como o exercício da dominação e do poder político”. (p.266).

⁷ A REPÚBLICA, 01 de dezembro de 1920.

⁸ RELATÓRIOS, 1914, p.3.

do trabalho”⁹, “casa de pequenos operários”¹⁰, realizava a salutar educação moral dos menores paranaenses. Ao direcionar as crianças ao estudo e ao trabalho, “arrancar das garras da indolência e do vício”, seria possível desempenhar a dupla tarefa: proteção à infância e profilaxia social, como apontaria Vital Brasil, de passagem por Curitiba:

“A Escola de Aprendizes Artífices de Curitiba é um estabelecimento de alto valor como meio educativo, de proteção à infância e de profilaxia social. A boa ordem que notamos por ocasião de nossa rápida visita, a disciplina dos alunos e as informações que nos foram gentilmente ministradas atestam o carinho com que é dirigida e fazem honra ao seu diretor e aos seus dignos auxiliares. Curitiba, 11 de maio de 1911. (A REPÚBLICA, 18 de julho de 1911)

Ao descrever a tarefa operada pela EAAPR junto aos aprendizes, o inspetor João Candido da Silva Muricy¹¹ tecia elogios à atuação do Diretor e afirmava: “quem como eu pode ver o que eram os meninos ao fundar-se a Escola e hoje de novo os observa, não poderá deixar de admirar o vosso incansável esforço, como se poderia admirar o trabalho do artista transformando a substância bruta em uma obra belamente esculpida”. (OFÍCIO do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola, João Candido da Silva Muricy, 13 de setembro de 1911)

João Candido da Silva Muricy nomeava a atuação dos professores como “inteligente e patriótica colaboração profissional e moral” e a tarefa a ser realizada como “gigantesca obra da formação do espírito e do caráter dos vossos discípulos”. A educação e o ensino profissional eram vistos como constituintes da Pátria e de um ideal de Brasil a ser alcançado. Elogiava-os também por “despertar no espírito da nossa infância pobre o gosto pelos estudos e pelo trabalho profissional”¹² e serem “eficazes e dedicados colaboradores nessa grandiosa tarefa de transformação dos caracteres dessa infância até bem pouco tempo desamparada pela pobreza dos seus bons e honrados pais.” (OFÍCIO do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola, João Candido da Silva Muricy, 13 de setembro de 1911)

As vantagens advindas da criação da EAAPR, e das demais escolas federais de aprendizes artífices, e a prosperidade admirável alcançada ao longo dos três primeiros anos de funcionamento, foram apregoadas pela revista carioca “Ilustração Brasileira”. A

⁹ OFÍCIO do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola, João Candido da Silva Muricy, 7 de setembro de 1911.

¹⁰ RELATÓRIOS, 1911, p.14.

¹¹ Entre os anos 1910 e 1920, João Candido da Silva Muricy, atuou no Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao qual subordinavam-se as Escolas Federais de Aprendizes Artífices.

¹² MEMORANDUM aos “Snrs Professores, mestres e mais funcionários”, do Diretor Interino João Candido da Silva Muricy, de 1 de julho de 1916)

prerrogativa de “aprender a amar o trabalho” e fazer dele o único instrumento de sucesso, a possibilidade de enriquecer, de contribuir para a grandeza da pátria, ditavam o tom do artigo:

Por elas vão passando gerações que aprendem a amar o trabalho e a dele fazerem o único instrumento de seu sucesso na vida. Daqui a alguns anos, serão muitos milhares de brasileiros a enriquecerem, como unidades econômicas positivas, a sua pátria: contribuindo para populações indolentes de agora, se transformarem em verdadeiras colméias humanas.

Ver-se-á então o milagre de um Brasil em plena e vitoriosa expansão industrial, a repetir na América do Sul o exemplo sugestivo e empolgante dos Estados Unidos, na primeira América. (REVISTA “Ilustração Brasileira”, n.83, 1 de novembro de 1912)

Reafirmando suas convicções e aspirações quanto aos destinos e propósitos da EAAPR, João Candido da Silva Muricy ao enaltecer a Escola dizia tentar “interpretar os sentimentos das nossas classes proletárias” e lisonjeava-se por ver concretizadas as previsões que fizera quando da fundação da EAAPR. Os resultados alcançados ficavam acima das expectativas, “para a maior felicidade da classe laboriosa e pobre e para o Paraná”.¹³

Na primeira Exposição Anual dos artigos produzidos pela EAAPR, Chichorro Junior - Secretário de Finanças, Comércio e Indústria do Estado do Paraná- realizou longo discurso, explicitando algumas das concepções e tendências que norteavam o ensino profissional naquele momento. Boa parte do discurso prestava-se a esclarecer qual seria o lugar do trabalho manual na formação das novas gerações. Tecendo longa crítica aos métodos em voga, cujos resultados, segundo ele, resultavam em uma “instrução abstrata”, propugnava que a reforma dos programas e também dos professores; “sem a qual não há reformas de programas que produza bons resultados”, era necessidade inadiável. Criticava o anacronismo do método mnemônico e sua pouca ou nenhuma relação com as necessidades da vida prática.

A feição característica desse método anacrônico é a sobrecarga da memória, a recitação mecânica de manuais, o espírito dogmático. Nada de prático nessas escolas. Desde o antiquado e pedantesco modo usual de ensino da gramática, já condenada por pedagogos contemporâneos da maior nomeada, como Spencer, até as operações elementares do cálculo -, tudo nelas se ensina teoricamente, abstratamente, obrigando-se os alunos a decorar regras que não compreendem, que não podem compreender, porque como ensina a psicologia, o espírito da criança, no seu desenvolvimento caminha do concreto para o abstrato e não do abstrato para o concreto.

Os resultados desse ensino puramente teórico são deploráveis: os meninos deixam a escola sem nela terem adquirido a menor noção prática das coisas, sem capacidade nenhuma para os trabalhos da vida, sem preparo algum, para as lutas da existência. E melhor resultado não produzem as escolas de ensino secundário e superior, onde se aplica o mesmo método puramente abstrato, o ensino exclusivo de manuais, as preleções sábias da velha retórica acadêmica e onde os alunos, pelos conhecidos processos mnemônicos, bebem as noções de todas as ciências, mas nada aprendem de útil para a vida prática.”

¹³ OFÍCIO do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola, João Candido da Silva Muricy, 10 de julho de 1911)

(CONFERÊNCIA de Chichorro Junior - Secretário de Finanças, Comércio e Indústria do Estado do Paraná, 3 de maio de 1911)

A defesa do ensino profissional de caráter prático apareceria também nos artigos de jornais. A vinculação entre formação profissional e a possibilidade de ascensão social era estabelecida. Por ocasião da Exposição Anual da EAAPR afirmava-se: “A escola preenche perfeitamente os fins a que se destina; as crianças sem fortuna ou mesmo as que a possuam, mas queiram premunir-se com um meio seguro de subsistência para o futuro, ali encontram variados e lucrativos ofícios, dos quais, sem sacrifício, poderão se tornar perfeitos artífices (Diário da Tarde, 1 de dezembro de 1910).”

Era idéia sonante a necessidade de instaurar o “amor ao preparo profissional”. Mas tais destinos da educação não se voltavam para todas as classes da sociedade. O ensino profissional focava-se principalmente, para não dizer exclusivamente, na infância “desprotegida da fortuna”. As iniciativas nesse campo de ensino tinham alvo bastante específico: a EAAPR era caracterizada¹⁴ como “tábua de salvação para a infância pobre” e, **invertendo a ordem dos fatos**, dizia ir de encontro às aspirações da “classe laboriosa”. Afinal a proposição e sistematização do ensino profissional, foi movimento imputado às classe proletárias pelas elites, a fim de atender suas próprias demandas por operários mais qualificados e disciplinados e conter a procura pelo ensino secundário e não para atender os anseios da classe trabalhadora.

Essa utilíssima instituição, que agora surge como uma tábua de salvação para a infância pobre, que até hoje se achava, em grande parte, sacrificada pela indolência e pelo vício, como natural consequência da falta de um estabelecimento nessas condições, onde o proletariado pudesse dar um aprendizado, ao mesmo tempo teórico e prático, aos seus filhos, veio, nessa classe mais protegida, despertar o mais justo entusiasmo por essa risonha perspectiva de um futuro feliz.

A escola de artífices veio, pois realizar a mais ardente aspiração do pobre chefe de família, a cujo alcance ficaram meios de dirigir seus filhos, pela senda do trabalho honesto e produtivo. (“A República”, 02 de fevereiro de 1910)

¹⁴ A matéria esclarecia que os Inspetores Agrícolas nos Estados foram designados pelo Governo Federal a atuarem como inspetores fiscais das Escolas Profissionais recentemente criadas, daí a incumbência de elaborarem descrições das EAA que visitavam. “Nestas condições e no desempenho de suas funções o Sr. Tenente João Candido da Silva Muricy, Inspetor Agrícola nos estados do Paraná e Santa Catarina dirigiu ao Exmo. Sr. Dr. Rodolpho Miranda, Ministro da Agricultura, o seguinte relatório com relação a escola de Artífices que acaba de ser inaugurada nesta capital graças a iniciativa patriótica do Governo da União.” (“A República”, 02 de fevereiro de 1910)

O ensino profissional, gradativamente, tomava ares de “orgulho paranaense”. Era necessário atribuir-lhe uma nova valorização, substituir a “mania” do bacharelismo e emancipar a população da “idéia fixa do emprego público”.

É motivo de desvanecimento para os paranaenses, o fato, característico do espírito progressista da nossa população, de virem-se bem acolhidas todas as instituições que colimam o preparo de nossa infância, principalmente as desprotegidas da fortuna, para as lutas conseqüentes do nosso avançar contínuo na trilha da civilização.

A Escola de Aprendizes Marinheiros foi das que primeiro viram engrossarem suas colunas por sua vez foi das que primeiro forneceram a Marinha nacional um grupo numeroso de marujos.

A escola de Artífices agora, vem atestar ainda o mesmo espírito de amor pelo preparo profissional de uma população que vai pouco a pouco se emancipando da idéia fixa do emprego público, dos diplomas científicos e do viver confiante na proteção dos poderosos. (Diário da Tarde, 20 de junho de 1910)

A EAAPR delineava-se como portadora do futuro: habilitava seus aprendizes a serem os “artistas do futuro”, os “operários laboriosos” que construiriam o país do por vir. Ao formar trabalhadores o Paraná poderia figurar como o estado do futuro, assegurando para si uma identidade ainda faltante. A Escola representava também a formação dos bons “cidadãos do futuro”, preparados para um amanhã grandioso - passível de conquista por meio da preparação para a profissão que desempenhariam.

Se um futuro grandioso os esperava, no presente restavam-lhes as obrigações cotidianas do trabalho nas oficinas, e eram contados já por centenas os alunos que se empregavam nos estabelecimentos de Curitiba. A preparação para o trabalho constituía-se como o meio de subsistência de muitos menores que adentravam os espaços da EAAPR, para os quais nenhuma outra possibilidade de subsistência apontava no presente.

No caso paranaense a possibilidade de os alunos empregarem-se nas pequenas indústrias apareceu já nos anos iniciais. A tentativa de cristalizar uma identidade ao jovem estado apareceria também vinculada ao ensino profissional, pois se aventava a possibilidade de o Paraná fornecer operários a outros estados e marcar esse feito como mais uma característica peculiar.

Paulo Ildefonso d’Assumpção divulgaria, com desagrado e orgulho simultaneamente, o fato de tão logo os menores cumprirem um curto período no interior da escola¹⁵, deixarem as aulas das oficinas para inserirem-se em ocupação remunerada nos estabelecimentos

¹⁵ A grande defasagem entre o número de alunos matriculados nas escolas profissionais e aqueles que chegavam a diplomar-se parece ser comum no Brasil naquele período. MORAES, 2003, p.403, estudando os dados referentes ao estado de São Paulo apresenta resultados similares aos apontados aqui.

industriais e comerciais da cidade. Os menores eram enviados aos locais de trabalho pelos próprios pais e/ou responsáveis, “ávidos de ganhos” nas palavras do Diretor, ou então eram seduzidos pelas parcas remunerações oferecidas pelos contratantes - ainda assim eram maiores que as gratificações recebidas pelos artigos produzidos nas oficinas no interior da Escola de Aprendiz Artífices. Logo, os benefícios da implantação dos estabelecimentos de Instrução Profissional, poderiam ser...

(...) atestados pelo contingente numeroso de novos operários que as indústrias locais já tem fornecido a Escola do Paraná, contribuindo, assim, para que um núcleo valioso de jovens operários nacionais se incorporarem a atividade das fábricas e oficinas deste estado. Poderia levantar uma estatística, a mais animadora possível relacionando os aprendizes e salários que os mesmos já percebem, após um tirocínio escolar de pouco mais de dois anos, se não prevalecesse sobre o ânimo do diretor desta escola o pesar de ver esses discípulos longe do estabelecimento antes de completarem o curso regular. (...) a responsabilidade desse fato deve pesar, sobretudo, sobre a consciência dos pais interessados, ávidos de ganho, inconstantes no esforço que lhes impõe o dever de zelarem pela completa educação profissional destes menores.” (RELATÓRIOS, 1913, p.1).

O discurso em torno da possibilidade de ascensão social, passível de ser atingida por meio da educação e do trabalho, também participava das defesas da EAAPR feitas por Paulo Ildefonso d’Assumpção. Distinguindo os novos países americanos dos europeus, procurava ressaltar as benesses do trabalho e da educação, ocultando assim os privilégios dos Bacharéis e das profissões mais valorizadas naquele período. Esses profissionais que poderiam alcançar bons ganhos, certamente não eram os menores “desfavorecidos da fortuna” que freqüentavam a Escola e recebiam ensino profissional, ainda portador do estigma da exclusão social e do preconceito. Embora o ensino profissional estivesse ganhando relevo e recebendo atenções da parte dos governos, parece-nos um pouco anacrônico atribuir à “auspiciosa e simpática corrente em prol do ensino profissional”, que Paulo Ildefonso d’ Assumpção dizia ter sido formada, a possibilidade de realmente vencer “velhos preconceitos e prejuízos arraigados pela rotina no espírito público”¹⁶, conforme parecia ser sua própria expectativa.

Contrapondo os países americanos aos europeus, procurava explicitar as amplas possibilidades de progresso e igualdade de condições existentes no Brasil. Enquanto lá a posição social era passada através de “seculares gerações”, aqui as “classes laboriosas”, “desamparadas da fortuna”, contavam com a vantagem de poder construí-la.

O ensino profissional também deveria ser visto como portador de uma identidade e caráter de paranaense que se pretendia construir: “O Paraná já tem traços excepcionais que

¹⁶ RELATÓRIOS, 1914, p. 112.

caracterizam sua individualidade no seio da federação, precisa avigorar mais esse, de ser uma terra onde os outros Estados venham buscar os operários hábeis e os mestres de oficinas competentes. (Diário da Tarde, 20 de junho de 1910)”

Diversas imagens são construídas acerca da EAAPR e do estado do Paraná como partícipes de um ideal, de identidade nacional. Procurava-se forjar uma identidade de trabalhador nacional, elemento nacional, povo brasileiro, nação, operando a transformação dos aprendizes em todas essas representações. A expectativa de construir o futuro Paraná passava, necessariamente, pelo âmbito da formação para o trabalho. A Escola de Artífices poderia prestar um “serviço relevante não só a infância a que dará uma profissão, mas ao Estado e a Nação”. (Diário da Tarde, 20 de junho de 1910).

Enaltecendo as vantagens advindas da criação das Escolas de Aprendizes Artífices como medidas tendentes à “reformatar os costumes nacionais” e destacando o “largo benefício que no sentido de melhorar as condições de trabalho vem trazer às escolas profissionais estabelecidas no território da Republica”, noticiava-se que o Paraná empregava “avultado quinhão de suas rendas, com professores disseminados por todos os recantos em que há uma população escolar” (“A República”, 15 de outubro de 1909). Contudo, o ensino profissional estava descuidado antes da criação das Escolas de Artífices dando margem para que anualmente fossem lançados aos espaços de trabalho, jovens sem o indispensável preparo prático.

Anualmente saem milhares de jovens que vão, com seus exames finais de primeiras letras, enfrentar com as rudezas dos trabalhos de ofício, sem outra orientação a não serem as reminiscências de uma rudimentar instrução, que se desvanece e logo se reduz a mecânica leitura e a prática da escrita. Na profissão, que então abraça, já com imediato intuito especulativo, entram às cegas, guiados apenas pela natural inteligência e eventual inclinação. Se na lavoura, prosseguem nos rotineiros exemplos que se lhes deparam, se nos ofícios obedecem e imitam a maneira primitiva que vem de gerações passadas. (“A República”, 15 de outubro de 1909)

Caberia ao ensino profissional suprir esta lacuna. E, uma vez mais, os modelos adotados por outros países serviriam de justificativa ao que se pretendia instalar aqui:

(...) As escolas práticas para o trabalho suprem esta lacuna. Elas são hoje de todos os países, para todas as idades, sexos, condições sociais, morais e físicas. Há métodos especiais a seguir e todos podem trabalhar. Os cegos trabalham, os aleijados trabalham, os velhos trabalham, e os próprios vagabundos trabalham, decaídos do alto da sociedade, trabalham! Até para criancinhas da tenra infância criou os Estados Unidos, nas suas admiráveis escolas maternas o pequenino e útil trabalho, caracterizado pela inocente ocupação de desembaraçar da película as batatas que servem diariamente de alimento aos pobres dos dispensatórios de New York! Há por toda parte o encaminhamento racional das profissões de que nosso país até agora descurou.

A forma do trabalho, além disso, avança e progride. A facilitação dos processos é a vitória na concorrência. (...)As escolas profissionais desempenham essa salutar função. Abrem o espírito da mocidade operária à indagação, emprestam elementos à sua capacidade inventiva, animam-lhe o braço para o trabalho. (“A República”, 15 de outubro de 1909)

Embora desejosos de instaurar a crença no ensino profissional como portador da tão sonhada mobilidade social ou da possibilidade de progresso pelo trabalho, são flagrantes outras expressões denotativas do oposto disso: ao sair da escola, fosse ela elementar ou de caráter profissional, os alunos, “diligentes aspirantes ao operariado”¹⁷ encontrariam a “rudeza do trabalho de ofícios”¹⁸. Portanto seria um público bastante específico o alvo das escolas de artífices e dos postos de trabalho manufatureiro ou fabril. A vinculação entre o ensino profissional e a possibilidade de ascensão social soa, portanto como pouco provável; afinal, os alunos lá formados eram de classes proletárias, em uma sociedade onde havia pouca mobilidade.

O ensino profissional relacionava-se a uma concepção do trabalho como elaborador do progresso nacional. Essa modalidade de ensino era necessidade intrínseca também ao desenvolvimento da industrialização e consolidava-se como “viveiros de homens aptos e úteis que vão formar o futuro operariado nacional.”¹⁹ Ao formar o operário nacional as escolas de artífices pretendiam suprir a demanda por mão-de-obra para as indústrias que se multiplicavam. Paralelamente, intentava formar o homem brasileiro, os futuros chefes de família - responsáveis, laboriosos, disciplinados, pacíficos.

Os menores estavam condenados, pelo abandono oficial, à ociosidade e à falta de ocupação o que implicaria em falta de responsabilidade na condução de suas futuras famílias. A criação de espaços destinados ao ensino profissional representava, portanto, a reparação de “erro”, pois o ensino oficial não contemplava tal modalidade de instrução: “Todo esse modesto, mas intenso trabalho, em que se educa uma legião de moços que há pouco tempo nada tinham que fazer, nem sabiam como utilizar o seu tempo, condenados pelo abandono oficial a parasitagem tristemente quando chegassem a idade de ação, e compreendessem as suas responsabilidades de famílias.” (“A República”, 31 de agosto de 1910). Outras vezes a

¹⁷ “A REPÚBLICA”, 31 de agosto de 1910.

¹⁸ “A REPÚBLICA”, 15 de outubro de 1909.

¹⁹ “A REPÚBLICA”, 31 de agosto de 1910.

inexistência de ensino profissional também era entendida como responsável por encaminhar as crianças à aprendizagem rudimentar e rotineira das oficinas.

Em artigo que anunciava a Exposição da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná do ano de 1910, relatava-se a qualidade dos produtos que seriam expostos. A realização de exposição tomava ares de “verdadeiro acontecimento por ser a primeira e grata afirmação do trabalho de 200 crianças ainda ontem condenadas pela falta de um instituto profissional a vegetarem, ou na ociosidade das ruas ou no trato martirizante de oficinas onde seriam exploradas a troco de um aprendizado defeituoso superficial e rotineiro.” E arriscava anunciar que, estando os alunos no espaço da EAAPR, bem outra seria a realidade que conheceriam: “Na escola de artífices outros são processos de ensino suave metódico e profícuo sem excluir a disciplina a que o aluno se submete de bom grado (“A REPÚBLICA”, 18 de novembro de 1910).”

Mas se os alunos freqüentavam os locais de trabalho e lá se preparavam para o exercício de uma profissão, aprendendo de modo bastante rudimentar; com o surgimento das EAA, passaram a adquirir uma formação mais especializada, o que não era sinônimo de deixar de freqüentar os postos de trabalho. Pelo contrário, isso acelerava, ou pelo menos facilitava, o ingresso nos mesmos. Além disso, o trabalho dos menores era necessário à sobrevivência das famílias, impedindo-os de freqüentarem a escola regularmente; conforme informava o diretor em relatório de 1924: a “condição de vida das classes proletárias torna sempre mais e mais difícil intensificar-se a freqüência escolar (RELATÓRIOS, 1924, s.p.).”

A EAAPR nobilitava-se pelo seu “magnífico efeito moral”, por ofertar “preparo intelectual e técnico para o encaminhamento da vida”, por conceder o “amparo à infância pobre” e por proporcionar a “dignificação pelo trabalho”.

A já benemérita instituição de ensino das artes, criada pelo governo federal e instalada em nosso estado, há pouco mais de um ano, vai comemorar a data de hoje com um festival todo ele dignificador e que será de magnífico efeito moral pra o espírito da juventude que ali recebe o preparo intelectual e técnico para o encaminhamento da vida. (...) Das oficinas de marceneiro e carpinteiro, ferreiro e serralheiro, seleiro e sapateiro e de alfaiate já saíram obras que atestam os bons resultados advindos desse útil estabelecimento, hoje real amparo da infância pobre, guia da juventude na estrada dignificadora do trabalho. (A REPÚBLICA, 03 de maio de 1911)

Esse anseio de oferecer formação profissional parecia inerente àquela sociedade que buscava implementar o trabalho como o articulador de uma identidade regional e também nacional. Daí a defesa feita por Chichorro Junior em prol do trabalho manual como portador

de grandes virtudes. Tecendo críticas ao ensino pouco prático; amplamente prescrito nas escolas primárias, secundárias, profissionais ou no ensino superior, afirmava:

A instrução tem assim o concurso da inoculação educativa, não é simplesmente o ensino teórico, superficial, pedantesco, ministrado do alto de uma cadeira pelo mestre-escola que nos veio da idade média (sic); mas um trabalho inteligente de modificação, de adaptação do ser humano ao meio em que tem de desenvolver a sua existência. É assim que se há de ir convertendo a escola de molde antigo na moderna escola para a vida, na escola do trabalho.” (CONFERÊNCIA de Chichorro Junior - Secretário de Finanças, Comércio e Indústria do Estado do Paraná, em 3 de maio de 1911)

Chichorro Junior enaltecia as vantagens oriundas do trabalho manual e reportava-se às novas correntes da moderna pedagogia e da psicologia para defender um ensino pautado na própria vida, na experiência, no pensamento, na ação pessoal; “as fontes originais e reais do conhecimento”. Almejava um tipo de educação que atendesse às necessidades do meio, reforçando o argumento da educação profissional para a classe proletária, pois esta já se encontrava acostumada ao trabalho. E prosseguia:

A introdução do trabalho manual nas escolas, o ensino profissional, o ensino prático e os conhecimentos técnicos, por meio das oficinas de trabalho manual ou mecânico, obedecem a essa orientação científica na educação da infância e da mocidade. Assim compreendem as nações que vem prosperar a sua agricultura, o seu comércio, as suas indústrias e as suas artes. Na Alemanha o ensino profissional alastra-se por toda a parte (...) o mesmo sucede na Bélgica, dos Estados Unidos, na Suíça, na Dinamarca, na Áustria. Por toda a parte a educação técnica progride, a introdução do trabalho manual generaliza-se, desempenhando papel importante na educação.

A criação, no nosso país, de Escolas de Aprendizes Artífices, obedece a essa corrente da opinião, é o início da reforma da educação, entre nós, e coloca-nos assim no trilho das nações mais adiantadas em matéria de ensino. É preciso, porém, não parar na vereda encetada. É mister multiplicar essas escolas por toda parte, não só nas capitais dos Estados, mas também nas cidades do interior, nos centros agrícolas e industriais; adaptando-se sempre as necessidades do meio. (...)

O problema da educação, diz o escritor que a pouco citei [5], é muito mais importante que o da instrução. O caráter dos homens muito mais do que o seu saber, é que determina o seu sucesso na vida. E o dr. Corre, estudando esse problema no seu belo livro sobre a etiologia do crime e do suicídio, lembra que os Espartanos, que recebiam uma educação viril e uma instrução medíocre, foram mais capazes de esforços perseverantes que os Atenienses, que recebiam uma instrução acuradíssima, mas uma instrução efeminada. (CONFERENCIA de Chichorro Junior - Secretário de Finanças, Comércio e Indústria do Estado do Paraná, em 3 de maio de 1911)

[5] Gustave Le Bon.

Buscava exemplo nos espartanos, que privilegiavam a educação em detrimento da instrução, para advogar a urgência de se viabilizar uma educação voltada às virtudes morais e físicas, as quais, permeadas pelo trabalho, seriam capazes de implantar o “automatismo dos bons hábitos”. Paralelamente, o trabalho manual nas escolas profissionais apareceria como

dotado de tríplice caráter: o físico, o intelectual e o moral e social. E o conferencista segue esmiuçando cada uma dessas benesses. Mencionando o caráter moral e social diz:

(...) a educação é mais importante que a instrução, pois é pela educação que se forma o automatismo dos bons hábitos. Ora o trabalho cria esse automatismo e contribui poderosamente para formar o caráter do pequeno trabalhador, apurando-lhe o espírito de observação, de ordem e de método, e fortalecendo-lhe a vontade. Assim é que ele aprenderá a ter coragem para suportar as fadigas e a dor do esforço físico; perseverança e paciência, para prosseguir na realização de uma obra difícil e vasta; exatidão, para chegar a execução pontual dos trabalhos, temperança e economia para fazer servir seu trabalho ao levantamento de sua posição social. (CONFERÊNCIA de Chichorro Junior - Secretário de Finanças, Comércio e Indústria do Estado do Paraná, realizada em 3 de maio de 1911)

Note-se o contraponto entre uma escola para o povo e a escola para a formação dos bacharéis. A formação profissionalizante deveria estar de acordo com o meio em que tais indivíduos viviam e ao mesmo tempo pensar em uma possibilidade de levantamento social. O trabalho deveria ser inculcado até o aluno se tornar convicto da sua utilidade. As escolas profissionais, afirmava, mencionando os casos da Alemanha e da Áustria, são o “fundamento da sociedade atual” e deveriam ser também “a base dos estudos e da educação populares. E citando o autor Ledent, defende a importância de

(...) desenvolver nas crianças o amor e o respeito ao trabalho, resultado que se obterá dando a este o devido atrativo, inculcando na mente do aluno a convicção de sua utilidade, de seu papel indispensável na sociedade, mostrando enfim que a sua execução perfeita requer também um esforço mental inteligente. É portanto, desde a idade mais tenra que se deve dar tal orientação à educação aos filhos do povo trabalhador. (...) É palpitante a necessidade de por a educação de acordo com o meio em que o indivíduo vai exercer a sua atividade. É necessário fundar a educação em bases que estabeleçam a harmonia entre a vida individual e a vida social. (CONFERÊNCIA proferida por Chichorro Junior - Secretário de Finanças, Comércio e Indústria do Estado do Paraná, em 3 de maio de 1911)

A necessidade de preparo profissional se dava porque as crianças, saídas das escolas, iriam enfrentar a dureza das atividades diárias. Daí novamente a crítica à instrução abstrata ministrada nas escolas primárias em função da

(...) desproporção grotesca em que ela se encontra em relação aos fatos da vida real, que tem de ser enfrentado pela imensa maioria das crianças saídas dessas escolas. O contraste entre uma educação escolar que não cogita de instrução manual, e a perspectiva de uma vida de trabalho quase exclusivamente manual, é tão flagrante que, *a priori*, é possível afirmar que o efeito social do sistema não pode deixar de ser desastroso (CONFERÊNCIA proferida por Chichorro Junior - Secretário de Finanças, Comércio e Indústria do Estado do Paraná, em 3 de maio de 1911).

Ressaltando que o trabalho manual propicia o desenvolvimento das faculdades intelectuais, estéticas e físicas das crianças além de contribuir para a aplicação do método experimental, com o concreto precedendo o abstrato, aproveita para destacar seus aspectos sociais e políticos, pois o trabalho manual seria “um preparo para as lutas futuras da existência”, constituindo-se como “um remédio preventivo para as misérias sociais”.

FONTES E REFERÊNCIAS

1. FONTES CONSULTADAS

1.1 Arquivo da Biblioteca do Centro de Federal de Educação Tecnológica (Cefet- Pr)

Relatórios do Diretor da Escola de Aprendizizes Artífices - Anos 1910, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927.

1.2 Arquivo do Núcleo de Documentação Histórica do Cefet-PR

Livro de Actas para a Escola Federal de Aprendizizes Artífices do Paraná. 1910-1919.

Minutas de Ofício

OFÍCIO do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola, João Candido da Silva Muricy, 13 de setembro de 1911.

Revista “Ilustração Brasileira”, nº 83, 1º de Novembro de 1912, Rio de Janeiro.

Portarias do Diretor da Escola de Aprendizizes Artífices.

Pasta de Ofícios Diversos

Pasta de Registro da Correspondência Expedida

Portarias

1.3 Jornais

A República - Anos: 1907, 1909, 1910, 1911, 1913, 1916, 1917, 1920

Diário da Tarde – Anos: 1910, 1911, 1912.

1.4 Publicações

ALMEIDA, Fernando H.M. de. (organização, índice e notas) **CÓDIGO DE MENORES**. São Paulo: Saraiva, 1960.

CONFERÊNCIA proferida por Chichorro Junior - Secretário de Finanças, Comércio e Indústria do Estado do Paraná, realizada no Teatro Guaíra por ocasião da Distribuição de Prêmios aos alunos da Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná em 3 de maio de 1911. Tipografia d’A República, Curitiba, 1911.

2. REFERÊNCIAS

2.1 Livros

BITTENCOURT, Circe M. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BONI, M.I.M. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba 1890-1920*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

_____. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FONSECA, Celso S. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Vol 1, 2, 3. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.

KARVAT, E.C. *A sociedade do trabalho: discursos e praticas sobre a mendicidade e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933*. Curitiba: Aos quatro ventos, 1998.

MARQUES, Vera R. B. *A medicalização da Raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo. (1873-1934)*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003. (Estudos CDAPH. Série historiografia)

QUELUZ, Gilson. *Concepções de ensino técnico na República Velha 1909-1930*. Curitiba: CEFET-PR, 2000.

2.2 Artigos

CORRÊA, M. A. *A Cidade de menores: uma utopia dos anos 30*. In: FREITAS, M.C. de. (org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.2001.

GONDRA, J.G. “*Modificar com brandura e prevenir com cautela*”. *Racionalidade médica e higienização da infância*. In: FREITAS, M. C. ; KULHMANN JR, M. (org). *Os intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

LONDOÑO, Fernando T. *A origem do conceito menor*. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 4ª ed., 1996, p.129-145.

SANTOS, Jailson Alves dos. *A trajetória da educação profissional*. In: 500 anos de Educação no Brasil. LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L. M. e VEIGA, C. G. Belo Horizonte: Autentica, 2000. 2ª edição.

SANTOS, Marcos Antonio Cabral dos. *Criança e criminalidade no início do século*. In: DEL PRIORE, Mary (org). *Histórias das Crianças*. São Paulo: Contexto, 1999.

2.3 Teses

LOUREGA, Maria José M. *A criança sob o olhar vigilante do adulto – Curitiba- (1909 à 1927)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Departamento de Pós-

Graduação em História, 1991, Dissertação.

TRINDADE, Judite Maria B. *Metamorfose: de criança para menor- Curitiba – início do século XX. Curitiba*: Universidade Federal do Paraná – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 1996, Tese de doutorado (Departamento de História).